

Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação a desenvolver pelo GTT RES do CCV

(D2 do plano de trabalhos do GTT RES)

O Grupo de Trabalho Temático Resíduos (GTT RES) considerou, no arranque do seu funcionamento, que para um exercício eficaz da missão de aconselhamento do governo, na execução de ações que promovam a obtenção de resultados no Crescimento Verde, seria importante consensualizar prioridades, partindo dos contributos das entidades representadas na Coligação para o Crescimento Verde, doravante designada por Coligação.

Começou-se por visitar o Compromisso para o Crescimento Verde (CCV), para avaliar a formulação das iniciativas e clarificar o âmbito da sua abrangência. Esta consolidação de conteúdos e indicadores de sucesso correspondeu a uma fase prévia de que resultou o documento denominado D1 (atualização das iniciativas RES do CCV). Em paralelo, os Pontos Focais das iniciativas identificaram as “fontes e parâmetros de monitorização” disponíveis para a avaliação dos indicadores de sucesso, de que resultou a primeira versão do documento denominado DCS1 (Documento Suplementar de Suporte à Monitorização das Iniciativas).

Procedeu-se depois à identificação de ações ou medidas (previstas ou em curso) que possam contribuir para os resultados das iniciativas para a elaboração do documento D2. O presente documento, D2, constitui conjuntamente com o documento D1, suporte para o desenho do plano de trabalhos para 2016-2017, e para o planeamento das ações a curto, médio e longo prazo, para submeter à aprovação da Coligação.

Tendo em conta as novas orientações da tutela, anunciadas no plenário da Coligação para o Crescimento Verde de 12 de Setembro de 2016, no sentido de dar prioridade à transição para uma economia circular, redirecionaram-se os esforços no sentido de enfatizar os pontos onde se pode associar a criação de valor (poupando, recuperando, restaurando ou regenerando recursos) e identificar oportunidades que contribuam para os objetivos do Crescimento Verde focalizados na Economia Circular.

A identificação detalhada das ações ou medidas que possam contribuir para os resultados das sete iniciativas previstas no CCV para Resíduos constam da Tabela em Anexo. A análise efetuada permitirá também associar uma escala temporal e de prioridade ao desenvolvimento das iniciativas, deixando antever desde já o que pode ser considerado vantajoso para o curto, médio e longo prazo – indicativamente 2016/2017, 2020 e 2030.

Do trabalho desenvolvido o GTT considera importante assinalar os seguintes tópicos:

- Foi considerado que algumas das iniciativas podem necessitar de desenvolvimento, capacitação ou suporte à sua implementação de modo a melhorar o desempenho dos intervenientes e os resultados esperados a curto e a médio prazo;
- Foi considerado essencial conhecer e clarificar as possibilidades de apoio a projetos no atual período de programação financeira;
- Foram identificadas iniciativas RES com potencial para gerar projetos e resultados em alinhamento com a Economia Circular;
- Foram identificadas sinergias com outras temáticas já cobertas pelo CCV a explorar.

Estes tópicos constituirão linhas de ação para aprofundar em 2017.

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	61	18/05/2017

Anexo (tabela de trabalho composta pela proposta de atualização de iniciativas e Identificação de ações e medidas que possam contribuir para os resultados)

Ref.ª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para	Ponto de situação no âmbito da sua organização e/ou setor de atividade e ações ou medidas em curso ou previstas que possam contribuir para os resultados da iniciativa	Lacunas, constrangimentos ou dificuldades à implementação da iniciativa do ponto de vista da sua organização/área de atividade	Oportunidades de desenvolvimento	Proposta de subáreas de trabalho justificando a criação de subgrupo e identificando objetivos	Outros aspetos relevantes (de onde pode haver financiamento para as lacunas e oportunidades apontadas)
RES 1	Aplicar a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) de forma a incentivar a redução/prevenção na produção de resíduos, reforçar o desincentivo às operações de eliminação de resíduos e favorecer as operações de valorização de resíduos, incluindo o coprocessamento, a valorização energética e a recuperação de materiais para reciclagem	» % da TGR disponível para apoio a projetos de resíduos »% da TGR aplicada em projetos de resíduos » Diminuição da percentagem de resíduos encaminhados para aterro ou incineração	E (políticas): PERSU 2020; Reforma da Fiscalidade Verde E (financeiro): Fundo Ambiental PFA: APA	Agricultura e florestas; Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; Cidades e território; Financiamento; Fiscalidade	→ Compromisso para a Competitividade Sustentável da Construção e do Imobiliário subscrito, em 08/03/2013, pelo Ministério da Economia, pelo Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e CPCI (https://www.cpci.pt/wp-content/uploads/2013/03/Compromisso_Constru%C3%A7%C3%A3o_e_Imobiliario.pdf) → Definição de circuitos de recolha por produto colocado no mercado → O setor das águas minerais naturais e águas de nascente tem vindo a desenvolver esforços para reduzir o peso e aumentar a capacidade de algumas embalagens colocadas no mercado, pelo que esta área de atividade está já a implementar iniciativas. Neste setor já existe um circuito bem definido de recolha e encaminhamento dos resíduos para valorização, cujas empresas suportam financeiramente. → Valorização agrícola dos efluentes pecuários e reintegração de subprodutos agrícolas e florestais resultantes da atividade do setor no processo produtivo para produção de novos produtos (ex: cortiça). → Valorização energética de resíduos perspetivando o resíduo enquanto recurso material ou energético, em que se refere a produção de energia a partir da biomassa, onde se incluem os resíduos florestais e os das indústrias da fileira florestal, os resíduos agrícolas e das indústrias agroalimentares bem como os seus efluentes, efluente animal proveniente das explorações pecuárias, a fração orgânica dos resíduos sólidos urbanos e os esgotos urbanos. (A biomassa proveniente do setor agroflorestal não são resíduos, antes subprodutos) → Quantificação dos fluxos valorizados em função do tipo de valorização (orgânica, coprocessamento, valorização energética e a recuperação de materiais para a reciclagem)	{ } Sensibilização para promoção da prevenção, reutilização e reciclagem de RCD { } Comunicação e formação sobre incorporação de materiais reciclados na construção { } Encorajar produtores de resíduos do setor da construção a separar seletivamente { } Garantir a alocação das verbas da TGR a projetos de resíduos ↓ Fiabilidade dos dados de produção resíduos reportados às autoridades competentes { } Tratar separadamente desperdício alimentar ↓ Afetação de receitas provenientes da TGR em sensibilização e comunicação ↓ Aproveitamento de resíduos como a biomassa proveniente da floresta e das explorações agrícolas (Nota: a maior parte da biomassa proveniente de origens identificadas não é resíduo) → Modelo da TGR sujeita a pagamento resíduos depositados em aterro em vez de apenas pagarem os resíduos depositados não suscetíveis de valorização/reciclagem. (Reformulado) → A TGR devia atuar ao nível da produção excessiva de resíduos (excesso de embalagem, não respeitam <i>ecodesign</i> , materiais não recicláveis, falta fileira para resíduos urbanos perigosos para reduzir perigosidade do RU)	↗ Comunicação e formação para incentivar incorporação de materiais reciclados na construção ↗ Encorajar produtores da construção a separar seletivamente para não comprometer reciclabilidade ↗ Comprometimento das empresas com a redução e a prevenção de resíduos ↗ Comprometimento das autarquias ou juntas de freguesia com a redução e a prevenção de resíduos ↗ Promoção de projetos de biorefinaria e/ou produção de biocombustíveis/energia a partir de resíduos ↗ Divulgação de novos produtos nomeadamente do setor florestal resultantes da valorização de desperdícios e subprodutos e de culturas com possibilidade de produção de biomassa para energia, seus requisitos e potencialidades ↗ Alterar TGR para penalizar mais o envio de recicláveis para aterro ↗ Alterar TGR substituindo o conceito de aplicação em função do processo pelo conceito de aplicação universal da TGR aos produtores, permitindo a retenção parcial pelos diversos agentes em função das reduções atingidas (princípio do IVA invertido) ↗ Financiamento para a otimização da eficiência das TMB, com vista à diminuição de refugo ↗ Relativamente aos setores agro-industriais identificados como mais problemáticos na Estratégia Nacional para os efluentes pecuários e agro industriais - ENEAPAI (Efluentes pecuários, de adegas, de lagares de azeite, do leite, matadouros e outras), estudar outros encaminhamentos destes subprodutos de forma a reintroduzi-los na cadeia de valor com a criação de novos produtos economicamente viáveis, numa perspetiva de economia circular. ↗ Adequar os modelos de recolha seletiva de biorresíduos de acordo com as características geográficas do território, sua dispersão populacional e população residente vs produção diária de resíduos - estabelecer limiares ↗ Incentivar a prevenção de resíduos através da redução de impostos das atividades de reparação de bens (exemplo: eletrodomésticos) → Rever o modelo de aplicação da TGR de forma a sujeitar a taxa apenas aos materiais que sejam depositados em aterro e que sejam suscetíveis de valorização/reciclagem. ↗ Promover o uso das receitas da TGR para comunicação e sensibilização dos consumidores para a prevenção ↗ aumentar a dotação do Fundo Ambiental para a Economia Circular	Fileira da construção que estude ciclo global da construção: 1. Extração das matérias-primas para a construção 2. Produção de matérias de construção e de elementos estruturais 3. Construção 4. Local de implantação do edificado 5. Utilização do edificado 6. Manutenção e gestão do edificado 7. Demolição do edificado 8. Reciclagem dos resíduos da construção e demolição (RCD's) TGR criar grupo trabalho para melhorar informação relativa a resíduos e alteração da TGR Valorização/escoamento do CDR ou de refugos das TMB Soluções de reciclagem da fração de plásticos mistos recuperada nas TMB Apoio às EG para desenvolverem aplicação do PAYT	Portugal 2020 / COMPETE (Eixo I: Ciência e Conhecimento; Eixo V: Serviços Públicos) + POAT 2020 ↗ Nível de avaliação de impacto? ↗ Divulgação orientada e atualizada? ↗ Boas práticas para Economia Circular? Portugal 2020 / POSEUR (Eixo III - Prioridade 1) ↗ Boas práticas para Economia Circular Linha poseur Financiamento para a otimização da eficiência das TMB, com vista à diminuição de refugo

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	61	18/05/2017

Ref.ª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para	Ponto de situação no âmbito da sua organização e/ou setor de atividade e ações ou medidas em curso ou previstas que possam contribuir para os resultados da iniciativa	Lacunas, constrangimentos ou dificuldades à implementação da iniciativa do ponto de vista da sua organização/área de atividade	Oportunidades de desenvolvimento	Proposta de subáreas de trabalho justificando a criação de subgrupo e identificando objetivos	Outros aspetos relevantes (de onde pode haver financiamento para as lacunas e oportunidades apontadas)
RES 2	Incentivar a utilização de resíduos na produção de novos produtos	<p>» Aumento da percentagem de resíduos passíveis de valorização que cumprem [normas ou] especificações técnicasⁱ</p> <p>» Aumento da percentagem de utilização dos resíduos como matérias-primasⁱⁱ</p>	<p>E (políticas): PNGR</p> <p>E (financeiro): COMPETE 2020</p> <p>PFA: APA; DGAE</p>	Agricultura e florestas; Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; I&D&I	<p>→ Compromisso para a Competitividade Sustentável da Construção e do Imobiliário subscrito, em 08/03/2013, pelo Ministério da Economia, pelo Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e CPCI (https://www.cpci.pt/wp-content/uploads/2013/03/Compromisso_Constru%C3%A7%C3%A3o_e_Imobiliario.pdf)</p> <p>→ Definição de circuitos de recolha por produto colocado no mercado</p> <p>→ Avaliação de ciclo de vida de produtos e serviços (IN+)</p> <p>→ Contabilização e análise de fluxos de materiais e energia (IN+)</p> <p>→ Análise do potencial de simbioses industriais (nomeadamente através da avaliação de estudos de caso nacionais e internacionais) (IN+)</p> <p>→ Estudo de soluções de valorização de resíduos e efluentes industriais (IN+)</p> <p>→ Grupo de trabalho da EC do BCSD em parceria com APA</p> <p>→ Projeto ITQB de produção de energia a partir de resíduos orgânicos</p> <p>→ Aproveitamento de resíduos (gordura animal ou óleos vegetais usados) na produção de biocombustíveis (DGEG)</p> <p>→ Publicação do diploma matérias fertilizantes</p> <p>→ Projetos IB-S de introdução de resíduos industriais nas indústrias da construção e do turismo</p> <p>→ A unidade de investigação Green-IT do ITQB NOVA (http://www.itqb.unl.pt/green-it)</p> <p>→ Especificações técnicas decorrentes das licenças das EG Fluxos específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> Utilização de resíduos na produção de novos produtos, p.e., o aproveitamento de resíduos (gordura animal ou óleos vegetais usados) na produção de biocombustíveis, referindo-se que para efeito de contagem são consideradas a dobrar as quantidades de biocombustíveis provenientes de resíduos. A legislação nacional que define o modelo de apoio aos biocombustíveis (DL 117/2010, de 25 de outubro, com as suas alterações) contempla disposições que incentivam a utilização de matéria residual na produção de biocombustíveis, nomeadamente, através da atribuição de títulos de biocombustíveis (TdB) bonificados. Mais, a legislação nacional nesta matéria, contempla a figura de pequeno 	<p>↓ Clarificar definição de RCD do RGGR, designadamente no que se refere a resíduos extra a classificação LER 17 (por exemplo: óleos, embalagens, pneus, metais ferrosos, etc) que também se produzem em obra</p> <p>↓ Sensibilizar e formar agentes setor construção</p> <p>{ } Financiamentos para I&D&I pelas indústrias nas áreas: de novos materiais constituídos a partir de materiais residuais; de novos produtos com materiais residuais; das potenciais simbioses ou redes de simbioses industriais (ex.ª numa região); da avaliação de ciclo de vida de soluções de ecodesign com materiais residuais; da avaliação de ciclo de vida de simbioses; do melhoramento de processos de separação de materiais de produtos em fim de vida; entre outros</p> <p>{ } Área dos resíduos no RIS3 Norte</p> <p>↓ controlo da obrigação de incorporação de 5% de materiais reciclados nas obras publicas</p> <p>{ } Fixar metas de incorporação de RCD em obras do setor privado</p> <p>↑ Complexidade e ↑ custo processo administrativo para classificação de subproduto</p> <p>↑ Complexidade processo para valorização de resíduos entre diferentes setores</p> <p>{ } Concretização de parcerias industriais</p> <p>↓ Transferência tecnologia laboratorial para mercado</p> <p>{ } Conhecer os valores relativos à incorporação de resíduos na produção de novos produtos como são medidos os indicadores</p> <p>{ } Falta alargar a recolha seletiva no sector doméstico de certos resíduos com potencial para valorização, como p.e. outros fluxos</p> <p>{ } Mecanismo de rastreabilidade da origem dos resíduos e contabilização da quantidade de resíduo gerado e recolhida.</p> <p>{ } Estudos que identifiquem áreas com potencial de utilização dos resíduos que integrem cenários de valorização e respetivos impactos económicos, sociais e ambientais e a nível da operacionalização</p>	<p>{ } Definir especificações técnicas para mais materiais/produtos</p> <p>↗ Promoção de parcerias com empresas e centros de excelência nacionais e internacionais</p> <p>↗ Promoção colocação em prática de ideias com potencial de negócio</p> <p>↗ Apoio na formação de especialistas, nomeadamente nas áreas da microbiologia, química ou bioquímica com especialidade na (bio)remediação/degradação e valorização de biomassa/resíduos (ex: 2º e 3º ciclos e cursos de extensão universitária).</p> <p>↗ Promover a divulgação e apoio a projetos de produção de composto a partir de resíduos alimentares recolhidos seletivamente</p> <p>↗ Aquisição de bens e serviços pela contratação pública com exigência de 5% de materiais reciclados (ligação com GTT CP)</p> <p>↗ Promover as parcerias entre o setor empresarial (indústria ou grande distribuição) e as universidades (investigação)</p> <p>↗ Promover benefícios fiscais às empresas que usarem materiais reciclados em vez de materiais virgens</p> <p>↗ Aproveitar a existência de simbiose entre o setor florestal e setor de resíduos (ligação com GTT AGF)</p> <p>↗ Promover a utilização de outro tipo de matérias residuais, que não OAU ou gorduras animais, na produção de biocombustíveis. ex: utilização de resíduos orgânicos na produção de biometano</p> <p>↗ Promover recolha de resíduos no sector doméstico de outros resíduos que permita aumentar a quantidade de resíduo disponível para valorização. ex: OAU no sector doméstico para produção de biocombustíveis</p> <p>↗ Melhorar a rastreabilidade dos resíduos e implementar medidas para acautelar e combater a fraude, em particular das matérias residuais utilizadas na produção de biocombustíveis, em consonância com as diretrizes da Diretiva (UE) 2015/1513 (Diretiva ILUC) que procura limitar a utilização de biocombustíveis convencionais, produzidos a partir de matérias-primas agrícolas e promover o desenvolvimento e produção de biocombustíveis avançados.</p>	Resíduos de Construção e Demolição Rejeitado mineiro	<p>Portugal 2020 / COMPETE (Eixo I: Ciência e Conhecimento; Eixo V: Serviços Públicos) + POAT 2020</p> <p>↗ Nível de avaliação de impacto?</p> <p>↗ Divulgação orientada e atualizada?</p> <p>↗ Boas práticas para Economia Circular?</p> <p>Portugal 2020 / POSEUR (Eixo III - Prioridade 1)</p> <p>↗ Eficiência de recursos?</p> <p>↗ Boas práticas para Economia Circular?</p>

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	61	18/05/2017

Ref.ª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para	Ponto de situação no âmbito da sua organização e/ou setor de atividade e ações ou medidas em curso ou previstas que possam contribuir para os resultados da iniciativa	Lacunas, constrangimentos ou dificuldades à implementação da iniciativa do ponto de vista da sua organização/área de atividade	Oportunidades de desenvolvimento	Proposta de subáreas de trabalho justificando a criação de subgrupo e identificando objetivos	Outros aspetos relevantes (de onde pode haver financiamento para as lacunas e oportunidades apontadas)
					produtor dedicado de biocombustíveis (PPD), cujo reconhecimento têm associado a atribuição de uma quota de biocombustível beneficiária de isenção de ISP. Um dos requisitos para a obtenção deste estatuto de PPD é a produção de biocombustível com origem no aproveitamento de um mínimo de 60% matérias residuais ou com recurso a projetos de desenvolvimento tecnológico de produtos menos poluentes, utilizando processos inovadores, ou em fase de demonstração. De referir que todas as empresas reconhecidas como PPD, no geral, têm utilizado 100% de matéria residual, em particular OAU.				
RES 3 ^{II}	Promover as parcerias industriais que envolvem a transação de resíduos e de subprodutos (inclui mercado de resíduos)	» Aumento da percentagem-de resíduos (em peso) introduzidos em processos produtivos » Aumento do número de subprodutos classificados	E (políticas): PNGR; ENEI E (financeiro): COMPETE 2020 PFA: APA	Agricultura e florestas; Indústria transformadora e extrativa	→ Compromisso para a Competitividade Sustentável da Construção e do Imobiliário subscrito, em 08/03/2013, pelo Ministério da Economia, pelo Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e CPCI (https://www.cpci.pt/wp-content/uploads/2013/03/Compromisso_Constru%C3%A7%C3%A3o_e_Imobiliario.pdf) → Avaliação de ciclo de vida de produtos e serviços (IN+) → Contabilização e análise de fluxos de materiais e energia (IN+) → Análise do potencial de simbioses industriais (nomeadamente através da avaliação de estudos de caso nacionais e internacionais) (IN+) → Projetos IB-S de introdução de resíduos industriais nas indústrias da construção e do turismo → Grupo de trabalho da EC do BCSD em parceria com APA → a unidade de investigação Green-IT do ITQB NOVA (http://www.itqb.unl.pt/green-it) → Valorização/Escoamento do CDR ou de refugos das TMB	{ } articulação entre agentes envolvidos no setor da construção { } demonstrar desempenho materiais reciclados na construção { } bolsa de resíduos construção a preços concorrenciais { } financiamentos para I&D&I pelas indústrias nas áreas: de novos materiais constituídos a partir de materiais residuais; de novos produtos com materiais residuais; das potenciais simbioses ou redes de simbioses industriais (ex.ª numa região); da avaliação de ciclo de vida de soluções de ecodesign com materiais residuais; da avaliação de ciclo de vida de simbioses; do melhoramento de processos de separação de materiais de produtos em fim de vida; entre outros { } área dos resíduos no RIS3 Norte ∃ dificuldades técnicas e de cumprimento dos requisitos legais exigidos, designadamente no âmbito da incorporação de resíduos em processos produtivos, aplicação dos conceitos de Subproduto e de Fim de Estatuto de Resíduo ↑ complexidade e ↑ custo processo administrativo da classificação de subproduto ↑ complexidade processo para valorização de resíduos entre diferentes setores entre outros pelo desconhecimento das características dos resíduos produzidos → Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece regras relativas à disponibilização no mercado de produtos fertilizantes com a marcação CE, exclui o composto da TMB proveniente de recolha indiferenciada. Mesmo que cumpra as disposições legais nacionais para o comércio de fertilizantes o composto não poderá ter marcação CE { } prever enquadramento legal que permita, para além do fim de estatuto de resíduos (FER) e do subproduto, alavancar a economia circular, maximizando o aproveitamento de matérias primas secundárias e resíduos	↗ Projetos de investigação na área da construção ↗ Promover discriminação positiva para obras que cumpram critérios de sustentabilidade ↗ Promoção de parcerias com empresas e centros de excelência nacionais e internacionais ↗ Promoção colocação em prática de ideias com potencial de negócio ↗ Apoio na formação de especialistas, nomeadamente nas áreas da microbiologia, química ou bioquímica com especialidade na (bio)remediação/degradação e valorização de biomassa/resíduos (ex: 2º e 3º ciclos e cursos de extensão universitária) ↗ Projetos de investigação nos setores do azeite e do vinho, nomeadamente para a reutilização das águas ruças da indústria do azeite e para o alargamento da implementação de soluções a todas as cooperativas	Resíduos de Construção e Demolição Rejeitado mineiro	Portugal 2020 / COMPETE (Eixo I: Ciência e Conhecimento; Eixo V: Serviços Públicos) + POAT 2020 ↘ Complexidade processo? ↗ Nível de avaliação de impacto? ↗ Divulgação orientada e atualizada? ↗ Boas práticas para Economia Circular? Portugal 2020 / POSEUR (Eixo III - Prioridade 1) ↗ Eficiência de recursos? ↗ Boas práticas para Economia Circular?

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	61	18/05/2017

Ref.ª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para	Ponto de situação no âmbito da sua organização e/ou setor de atividade e ações ou medidas em curso ou previstas que possam contribuir para os resultados da iniciativa	Lacunas, constrangimentos ou dificuldades à implementação da iniciativa do ponto de vista da sua organização/área de atividade	Oportunidades de desenvolvimento	Proposta de subáreas de trabalho justificando a criação de subgrupo e identificando objetivos	Outros aspetos relevantes (de onde pode haver financiamento para as lacunas e oportunidades apontadas)
RES 4	Dinamizar a reciclagem de Resíduos Urbanos (RU) e a recolha seletiva	<ul style="list-style-type: none"> » Aumento da retoma de recolha seletiva (kg/hab. ano) » Aumento da taxa de reciclagem » Eliminar progressivamente a deposição em aterro 	<p>E (políticas): PNGR; PERSU 2020; Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho</p> <p>E (financeiro): POSEUR</p> <p>PFA: APA</p>	Agricultura e florestas; Energia e clima; Cidades e território;	<p>→ Estudo de soluções tecnológicas para a valorização de resíduos urbanos orgânicos (IN+)</p> <p>→ Definição de circuitos de recolha por produto colocado no mercado</p> <p>→ Novo modelo de Contrapartidas financeiras das EG de fluxos específicos (Despacho n.º 14202-C/2016)</p> <p>→ Iniciativas de informação e sensibilização junto dos consumidores na Prevenção da Produção de Resíduos, em especial o Desperdício Alimentar dinamizadas junto da comunidade educativa. Durante o ano letivo de 2016/2017 será realizada a terceira edição do concurso <i>GreenChef</i>, um concurso de vídeos de receitas culinárias de sobras alimentares. (DECO)</p>	<p>{ } Financiamentos para I&D&I pelas indústrias nas áreas: de novos materiais constituídos a partir de materiais residuais; de novos produtos com materiais residuais; das potenciais simbioses ou redes de simbioses industriais (ex.º numa região); da avaliação de ciclo de vida de soluções de ecodesign com materiais residuais; da avaliação de ciclo de vida de simbioses; do melhoramento de processos de separação de materiais de produtos em fim de vida; entre outros</p> <p>{ } Estratégia para o composto que fomente valorização económica deste produto</p> <p>{ } Articulação entre entidades produtoras e consumidoras de composto de modo a promover a sua utilização (por exemplo através de uma Estratégia)</p> <p>{ } Criação de campos experimentais para aplicação de composto</p> <p>{ } Incentivos às escolas, empresas, e autarquias para a redução da produção de resíduos, a recolha seletiva de resíduos e para a produção de composto sempre que as quantidades possam justificar</p> <p>{ } Maior adesão da população à separação de resíduos, designadamente os bioresíduos</p> <p>↓ Modelo usado para a distribuição de metas pelos sistemas, simplista e com pouca aderência à realidade</p> <p>{ } Clareza do modelo de cálculo dos VC publicado no Despacho n.º 14202-C/2016</p> <p>{ } Rastreabilidade e contabilização dos resíduos</p>	<p>↗ Promover a sensibilização dos consumidores</p> <p>↗ Dinamizar recolha de resíduos alimentares</p> <p>{ } Promover a redução do desperdício alimentar</p> <p>∃ financiamentos POSEUR</p> <p>↗ Promoção do eco-design a nível da produção para reduzir o excesso de embalagem dos produtos; reduzir/limitar a utilização de vários materiais nos produtos, para minimizar as limitações à reciclagem e promover a reparabilidade e durabilidade dos produtos</p> <p>↗ Dinamizar um mercado certificado de componentes usados replicando o modelo das componentes automóveis aos REEE</p> <p>↗ Promover a aplicação PAYT</p> <p>↗ Promover e implementar o sistema de emissão de GAR eletrónicas para diminuir a existência de situações irregulares</p>	<p>Composto - criação de estratégia</p> <p>Sensibilização</p> <p>Metas da recolha seletiva por sistema e cálculo de VC</p> <p>Criação grupo de trabalho para a prevenção de resíduos</p> <p>Criação grupo de trabalho para desperdício alimentar</p>	<p>Portugal 2020 / POSEUR (Eixo III - Prioridade 1)</p> <p>↗ Eficiência de recursos?</p> <p>↗ Boas práticas para Economia Circular?</p> <p>Publicado despacho n.º 14202-C/2016)</p>
RES 5	Aumentar a eficiência operacional dos sistemas de tratamento de RU	<ul style="list-style-type: none"> » Redução de custos operacionais dos sistemas, salvaguardando a hierarquia dos resíduos » Aumento da taxa de utilização das infraestruturas » Aumento da quantidade de resíduos/materiais vendida » Aumento das receitas geradas pela venda de resíduos/materiais e energia » Diminuição das quantidades de rejeitados 	<p>E (políticas): PNGR; PERSU 2020</p> <p>E (financeiro): POSEUR</p> <p>PFA: APA</p>	Energia e Clima; Cidades e território; I&D&I	<p>→ Algumas candidaturas ao POSEUR que visam aumento de valorização orgânica e multimaterial de resíduos urbanos dos sistemas apresentadas no início de 2016 continuam a aguardar resposta</p>	<p>↓ Eficiência energética dos sistemas de tratamento de RU</p> <p>↓ Adequabilidade modelos de recolha utilizados pelos sistemas</p> <p>{ } Escoamento para Embalagens de mistos/ECAL e CDR pelo que deve ser questionada a necessidade de aumentar a eficiência das TMB e das linhas de CDR</p> <p>{ } Estratégia de cooperação e coordenação entre os sistemas de tratamento de resíduos de modo a operacionalizar a partilha de infraestruturas prevista no PERSU 2020. Para reduzir os custos unitários dos consumidores e também para garantir que todos beneficiam pode ser necessário intervenção a nível regulatório</p>	<p>↗ Contabilização e análise dos fluxos de materiais e energia das operações unitárias dos sistemas de tratamento</p> <p>↗ Promover encorajamento das empresas a adotar políticas de eficiência energética</p> <p>↗ Promover avaliação do modelo de Recolha seletiva tipo “secos & húmidos”.</p> <p>↗ Promover avaliação da partilha de infraestruturas e serviços.</p> <p>↗ Promover a utilização de frotas de recolha e serviços ecológicas através de viaturas energeticamente eficientes e menos poluentes, por exemplo, viaturas híbridas, elétricas, movidas a gás natural veicular (GNV)</p> <p>↗ Promover a otimização dos aterros sanitários</p> <p>↗ Criar estratégia nacional para otimização da utilização das infraestruturas existentes estratégia de cooperação e coordenação entre os sistemas de tratamento de resíduos de modo a operacionalizar a partilha de infraestruturas prevista no PERSU 2020. Para reduzir os custos unitários dos consumidores e também para garantir que todos beneficiam pode ser necessário intervenção a nível regulatório</p>		<p>Portugal 2020 / COMPETE (Eixo I: Ciência e Conhecimento; Eixo V: Serviços Públicos; Eixo IV) + POAT 2020</p> <p>↗ Nível de avaliação de impacto?</p> <p>↗ Divulgação orientada e atualizada?</p> <p>↗ Boas práticas para Economia Circular?</p> <p>Portugal 2020 / POSEUR (Eixo I - Prioridade 2; Eixo III - Prioridade 1)</p> <p>↗ Eficiência de recursos?</p> <p>↗ Eficiência energética?</p> <p>↗ Boas práticas para Economia Circular?</p>

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	61	18/05/2017

Ref.ª	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para	Ponto de situação no âmbito da sua organização e/ou setor de atividade e ações ou medidas em curso ou previstas que possam contribuir para os resultados da iniciativa	Lacunas, constrangimentos ou dificuldades à implementação da iniciativa do ponto de vista da sua organização/área de atividade	Oportunidades de desenvolvimento	Proposta de subáreas de trabalho justificando a criação de subgrupo e identificando objetivos	Outros aspetos relevantes (de onde pode haver financiamento para as lacunas e oportunidades apontadas)
RES 6 ^{iv}	Promover o aumento da valorização das lamas de ETA e ETAR através da promoção e potenciação da diversificação dos seus destinos finais	<p>» Aumento da percentagem de lamas de ETAR valorizadas relativamente a volumes produzidos</p> <p>» Aumento da percentagem de lamas de ETA valorizadas relativamente a volumes produzidos</p> <p>» Aumento dos destinos de valorização das lamas de ETAR, incluindo a valorização energética</p> <p>» Diminuição do volume de lamas produzidas por unidade de produção</p>	<p>E (políticas): PENSAAR 2020, PNGR</p> <p>E (financeiro): POSEUR</p> <p>PFA: APA</p>	Agricultura e floresta; Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; I&D&I	<p>→ Grupo de Trabalho Lamas (GTL) - Despacho n.º 10182/2015, de 4 de setembro de 2015</p> <p>→ Comissão Técnica de Acompanhamento da Diretiva Lamas (CTADL) - Despacho n.º 8400/2015, de 22 de Julho</p> <p>→ Avaliação de ciclo de vida de produtos e serviços (IN+)</p> <p>→ Contabilização e análise de fluxos de materiais e energia (IN+)</p> <p>→ Análise do potencial de simbioses industriais (nomeadamente através da avaliação de estudos de caso nacionais e internacionais) (IN+)</p>	<p>{ } Uniformização, a nível territorial, de procedimentos a nível de licenciamento e fiscalização no âmbito da valorização agrícola de lamas</p> <p>{ } Critérios para definição de lama e de composto</p> <p>{ } Agilização do processo de licenciamento</p> <p>{ } Fiscalização pelas entidades competentes, nomeadamente às lamas produzidas nas ETAR/ETA e noutras origens, principalmente as que têm como destino a valorização agrícola de lamas e a compostagem, ao transporte de matérias fertilizantes vs transporte de lamas, e à utilização de lamas e de matérias fertilizantes no solo</p> <p>{ } Formação sobre o tema lamas às entidades envolvidas para informação, sensibilização e promoção de boas práticas a utilizar na valorização agrícola de fertilizantes orgânicos e da legislação em vigor</p> <p>↓ Rastreabilidade das lamas produzidas/aplicadas</p> <p>{ } informação sobre qualidade das lamas à saída das ETA e ETAR</p> <p>{ } Clarificar âmbito dos alvarás de armazenagem</p> <p>{ } Financiamentos para I&D&I pelas indústrias nas áreas: de novos materiais constituídos a partir de materiais residuais; de novos produtos com materiais residuais; das potenciais simbioses ou redes de simbioses industriais (ex.º numa região); da avaliação de ciclo de vida de soluções de ecodesign com materiais residuais; da avaliação de ciclo de vida de simbioses; do melhoramento de processos de separação de materiais de produtos em fim de vida; entre outros</p> <p>↑ Custo dos biocombustíveis produzidos a partir de lamas de ETAR e ETA pouco competitivo comparativamente com os biocombustíveis convencionais</p>	<p>↗ Promover a identificação, avaliação e verificação da viabilidade de destinos alternativos à Valorização</p> <p>↗ Promover campanhas sobre benefícios de utilização das lamas na qualidade do solo</p> <p>↗ Promover parcerias de investigação</p> <p>↗ Promover a procura de soluções alternativas à Valorização designadamente a secagem (reduz até 90% em volume) e as lamas podem ser usadas como fertilizante ou combustível</p> <p>↗ Agilizar procedimentos no âmbito da fiscalização das matérias fertilizantes e das lamas que permitam uma ação preventiva mais eficaz</p> <p>→ Criar mecanismos para apoiar o desenvolvimento de biocombustíveis avançados</p>		<p>Portugal 2020 / COMPETE (Eixo I: Ciência e Conhecimento; Eixo V: Serviços Públicos) + POAT 2020</p> <p>↗ Nível de avaliação de impacto?</p> <p>↗ Divulgação orientada e atualizada?</p> <p>↗ Boas práticas para Economia Circular?</p> <p>Portugal 2020 / POSEUR (Eixo III - Prioridade 1)</p> <p>↗ Eficiência de recursos?</p> <p>↗ Boas práticas para Economia Circular?</p>
RES 7	Promover iniciativas para a divulgação da Economia Circular	<p>» Número de associações empresariais participantes nas iniciativas</p> <p>» Aumento do número de iniciativas desenvolvidas</p>	<p>E (políticas): PNGR; PERSU 2020</p> <p>PFA: APA; DGAE</p>	Água; Agricultura e floresta; Energia e clima; Indústria transformadora e extrativa; I&D&I; Informação e participação	<p>→ Folheto BCSD sobre Economia Circular</p> <p>→ valorização agrícola de efluentes, subprodutos e resíduos</p> <p>→ DECO - parceiras no Portal eco.nomia.pt e promove projetos como um código de conduta para as plataformas digitais de consumo colaborativo e o Concurso <i>GreenChef</i> para o combate ao desperdício ao alimentar. Importa também destacar a informação sobre a economia circular que é publicada regularmente no <i>site</i> e revista da associação.</p>	<p>↓ Meios materiais e humanos para desenvolver as atividades de I&D&I necessárias.</p> <p>→ Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece regras relativas à disponibilização no mercado de produtos fertilizantes com a marcação CE, exclui o composto da TMB proveniente de recolha indiferenciada, mesmo que cumpra as disposições legais nacionais para o comércio de fertilizantes</p> <p>∃ Entraves à promoção e crescimento da economia circular, como por exemplo, práticas de obsolescência programada e entraves na conceção dos produtos que impedem a separação dos componentes e a reparabilidade do equipamento.</p>	<p>↗ Promoção divulgação conceito e das suas vantagens para as empresas</p> <p>↗ Promover parcerias empresariais e de investigação</p> <p>↗ Promover a valorização agrícola de lamas de depuração e de subprodutos de agroindústrias como matérias fertilizantes (ligação com GTT AGF)</p> <p>↗ Promover a valorização agrícola de fertilizantes orgânicos resultantes da transformação de efluentes pecuários em unidades de compostagem e de biogás. Pretende-se com esta proposta a fixação de critérios que estes fertilizantes orgânicos devem cumprir de forma a permitir a atribuição do fim de estatuto de resíduos</p> <p>↗ Uso sustentável da água</p> <p>↗ Promover a partilha e a reutilização de resíduos para aumentar e prolongar a sua vida útil na economia</p> <p>↗ Promover o eco-design que permita a maximização da utilização dos produtos</p>	Subprodutos e resíduos orgânicos como fertilizantes	<p>Portugal 2020 / COMPETE (Eixo I: Ciência e Conhecimento; Eixo V: Serviços Públicos) + POAT 2020</p> <p>↗ Nível de avaliação de impacto</p> <p>↗ Divulgação orientada e atualizada</p> <p>↗ Boas práticas para Economia Circular</p> <p>Portugal 2020 / POSEUR (Eixo I - Prioridade 2??; Eixo III - Prioridade 1)</p> <p>↗ Eficiência de recursos?</p> <p>↗ Boas práticas para Economia Circular?</p>

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	61	18/05/2017

Ref. ^a	Iniciativa	Indicadores de sucesso	Enquadramento (E) e Ponto Focal para o Acompanhamento (PFA)	Também relevante para	Ponto de situação no âmbito da sua organização e/ou setor de atividade e ações ou medidas em curso ou previstas que possam contribuir para os resultados da iniciativa	Lacunas, constrangimentos ou dificuldades à implementação da iniciativa do ponto de vista da sua organização/área de atividade	Oportunidades de desenvolvimento	Proposta de subáreas de trabalho justificando a criação de subgrupo e identificando objetivos	Outros aspetos relevantes (de onde pode haver financiamento para as lacunas e oportunidades apontadas)
							↗ Promover a sensibilização e informação dos consumidores sobre os seus comportamentos de consumo ↗ Promover a investigação no desenvolvimento da otimização dos processos de reciclagem		

ⁱ O universo deste indicador poderá vir a ser completado ao longo do tempo com o alargamento de ET para mais produtos.

ii O Indicador de Sucesso 2 refere “percentagem de utilização dos resíduos como matérias-primas” o que implica que, para abranger a totalidade do universo será necessário, contabilizar os reportes do MIRR e acautelar de forma sistemática a aplicação do “Fim de Estatuto de Resíduos” e do “subproduto” conforme estabelece a legislação de resíduos. Esta contabilização está prevista para breve através da recolha de informação em formulários próprios a preencher pelos operadores. Por ora a monitorização permitirá apenas contabilizar uma parte do universo. Os PFA aferirão, anualmente, a o ponto de situação.

iii O ponto focal de acompanhamento, em conjunto com o GTT RES deverá explorar as possibilidades de monitorizar os subprodutos transacionados entre unidades. O ponto focal de acompanhamento, em articulação com o GTT RES, explorará as possibilidades de no futuro estabelecer metas para os IS definidos.

iv O GTT RES explorará as possibilidades de, no futuro, incluir outros IS que permitam melhor conhecer os destinos das lamas, designadamente nos âmbitos agrícola e florestal.

Produção	Origem Doc.	Tipo Doc.	N.º Doc.	Data
SECCV	Plenário	Identificação de Ações ou Medidas e Linhas de Ação	61	18/05/2017